

		INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH HOSPITAL GERAL DE TAILÂNDIA (CNPJ 23.453.830/0007-65) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 EM REAIS (R\$)																	
BALANÇO PATRIMONIAL																			
ATIVO		NOTA	2021	2020															
CIRCULANTE																			
Caixa e equivalentes de caixa	4		5.464.020	5.900.905															
Contas a receber	5		55.096	55.096															
Estoques	6		683.475	755.300															
Adiantamento a funcionários			50.687	932															
Outros créditos			138.044	28.993															
Despesas antecipadas			3.459	-															
NAO CIRCULANTE																			
Contas a receber	5		2.236.311	2.236.311															
Depósitos judiciais	13		580.812	580.812															
Imobilizado líquido	7a		105.133	136.343															
Intangível líquido	7b		-	-															
TOTAL DO ATIVO			9.317.037	9.694.692															
PASSIVO		NOTA	2021	2020															
CIRCULANTE																			
Fornecedores	9		1.884.108	1.600.922															
Obrigações trabalhistas	10		1.853.306	1.791.212															
Obrigações sociais	11		293.674	260.175															
Obrigações fiscais			71.230	170.139															
Outras contas a pagar			-	138															
Partes relacionadas	8		119.823	141.561															
NAO CIRCULANTE																			
Partes relacionadas	8		1.215.000	1.215.000															
Provisão para contingências	13		175.198	175.198															
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			3.704.698	4.340.347															
Patrimônio social	14		4.184.832	2.989.153															
(Déficit) / Superávit acumulado			(480.134)	1.351.194															
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			9.317.037	9.694.692															
DEMONSTRAÇÃO DOS (DÉFICIT) / SUPERÁVIT																			
		NOTA	2021	2020															
RECEITAS OPERACIONAIS																			
			33.778.753	33.778.753															
Serviços prest. pacientes SUS																			
			33.778.753	33.778.753															
CUSTOS																			
			(28.848.771)	(27.205.223)															
Pessoal e encargos																			
			(9.444.001)	(8.923.153)															
Serviços de terceiros																			
			(13.622.826)	(13.638.045)															
Materiais e medicamentos																			
			(5.781.945)	(4.644.025)															
DESPESAS																			
			(5.549.570)	(5.267.607)															
Pessoal e encargos																			
			(2.361.000)	(2.230.788)															
Desp. gerais e administrativas																			
15			(3.201.985)	(2.947.961)															
Depreciação/amortização																			
			(33.275)	(47.116)															
Impostos, taxas e contribuições																			
			(18.712)	(7.412)															
Outras receitas e despesas operac.																			
			65.401	(34.330)															
FINANÇEIRAS LÍQUIDAS																			
			139.455	45.271															
Despesas financeiras																			
			(60.101)	(23.332)															
Receitas financeiras																			
			199.556	68.603															
(DÉFICIT)/SUPER. DO EXERC.			(480.134)	1.351.194															
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO																			
		Patrimônio Social	Superávit/(Déficit) acumulado	Total															
Em 31/12/2019		(1.074.225)	2.688.204	1.613.979															
Incorp. ao Patrim. Social																			
		2.688.204	(2.688.204)	-															
Transferências																			
		1.375.174	-	1.375.174															
Superávit do exercício																			
		-	1.351.194	1.351.194															
Em 31/12/2020		2.989.153	1.351.194	4.340.347															
Incorp. ao Patrim. Social																			
		1.351.194	(1.351.194)	-															
Aj. patrimoniais (nota 14)																			
		(155.515)	-	(155.515)															
(Déficit) do exercício																			
		-	(480.134)	(480.134)															
Em 31/12/2021		4.184.832	(480.134)	3.704.698															
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉT. INDIRETO																			
		NOTA	2021	2020															
Fluxos de caixa das atividades operacionais																			
				(Déficit) / Superávit do exercício															
			(480.134)	1.351.194															
Ajustes para conciliar o resultado																			
			33.274	47.116															
			(446.860)	1.398.310															
Variações no circulante das contas de ativo e passivo																			
			33.777	1.809.887															
(Aumento)/Red. de outros créditos			(158.806)	2.083.619															
Redução / (Aumento) de estoques			71.825	(238.289)															
(Aumento) / Redução de despesas antecipadas			(3.459)	3.410															
Aumento / (Redução) de fornecedores			283.186	(153.606)															
Aumento de obrigações trabalhistas			62.094	81.199															
Aumento de obrigações sociais			33.499	2.684															
(Redução)/Aumento de obrig. trib.			(98.909)	31.215															
(Redução) de outras obrigações			(138)	(345)															
Ajustes patrimoniais			(155.515)	-															
Caixa líquido (utilizado)/proveniente das atividades operacionais			(413.083)	3.208.197															
Atividades de investimentos																			
			(2.064)	-															
Aquisição de imobilizado			(2.064)	-															
Aquisição de bens do intangível			-	-															
Atividades de financiamentos																			
			(21.738)	(701.660)															
Transações com partes relacionadas			(21.738)	(701.660)															
Redução no caixa e equivalentes de caixa			(436.885)	2.506.537															
Variação em caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)																			
				Saldo existente no início do período															
			5.900.905	3.394.368															
Saldo existente no final do período			5.464.020	5.900.905															
Redução no caixa e equivalentes de caixa			(436.885)	2.506.537															
AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS																			
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS																			
1. CONTEXTO OPERACIONAL: a) Objetivos Sociais: O Hospital Geral de Tailândia foi inaugurado oficialmente pelo Governo do Estado do Pará em 2011. O Hospital possui 51 (cinquenta e um) leitos e conta com uma Unidade de Cuidados Intermediários (UCI) que oferece 9 (nove) leitos, sendo 06 (seis) destinados a pacientes adultos e 03 (três) infantis e funciona em regime semi-intensivo para receber pacientes em estado grave, além de oferecer os serviços: ortopedia, traumatologia, cardiologia, radiologia, cirurgia geral e anestesiologia, exames de mamografia, endoscopia, ultrassonografia, eletrocardiograma, raios-x e laboratoriais. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. O Hospital está situado na Avenida Florianópolis, s/nº, bairro Novo, cidade de Tailândia/PA. b) Contrato de Gestão: O Hospital Geral de Tailândia é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 1º de julho de 2013, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 002/SESPA/2018, vigente até 30 de junho de 2023. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por: <table><tr><th>Âmbito</th><th>Legislação</th><th>Publicação</th></tr><tr><td>Federal</td><td>Decreto Federal nº 50.517/61</td><td>DOU de 23/12/1970</td></tr><tr><td>Estadual</td><td>Lei Estadual nº 5.341/1969</td><td>DOE de 19/11/1969</td></tr><tr><td>Municipal</td><td>Lei Municipal nº 416</td><td>DOM de 16/08/1967</td></tr></table> A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja renovação para o triênio de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023 foi protocolada em 07/10/2020, junto ao Ministério da Saúde o qual se encontra pendente de julgamento. A Entidade tem a manutenção de sua certificação até a publicação da decisão pelo Ente Público, conforme previsto no artigo 24 da lei 12.101/2009. 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 14 de março de 2022. 2.2. Base de mensuração e apresentação: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. 2.3. Moeda funcional e de apresentação: Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. 2.4. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalente de caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b) Estoques: São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c) Ativo imobilizado: Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. d) Ativo intangível: Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. f) Julgamentos e estimativas: A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. Provisões para riscos judiciais: A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. g) Apuração do Superávit/Déficit: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. h) Reconhecimento de receitas: As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos: Nas demonstrações contábeis de 2021 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. l) Patrimônio líquido: Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. m) Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa. 3. IMPACTOS DO COVID-19 NAS OPERAÇÕES: A Administração da Entidade continua adotando medidas que julga necessárias para mitigar e/ou minimizar os impactos gerados pela COVID-19 em suas operações, incluindo, mas não se limitando: (i) Medidas de preservação de caixa, através de redução de custos possíveis dentro da estrutura atual e do adequado cumprimento do convênio com a SESP, de forma que tenha os recursos necessários para manter a continuidade de suas operações enquanto houver restrições econômicas, sociais e riscos de entrega de insumos e fornecimento derivadas da pandemia; (ii) manutenção da estrutura de home office para parte de seus colaboradores enquanto for necessário, em observância aos protocolos estabelecidos pelas autoridades governamentais. A Administração analisa suas perspectivas sobre os efeitos econômicos da disseminação do COVID-19 no País, considerando que apesar de não ter sido eleito pela SESP como referência para atendimento à COVID-19, as operações do Hospital ainda podem ser impactadas, em 2022, por eventual nova fase de restrições impostas pelas autoridades governamentais ou pela necessidade de aumento de carga horária de atendimento ou obtenção de novas fontes de recursos para viabilizar possíveis atendimentos de urgência. Apesar dos possíveis impactos, a Administração julga que o relacionamento com o Ente Público favorece o recebimento de recursos e estrutura em tempo para eventuais solicitações de atendimento de urgência, portanto, optou por não realizar provisões adicionais ou contingenciais nessas demonstrações contábeis.						Âmbito	Legislação	Publicação	Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970	Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969	Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967		
Âmbito	Legislação	Publicação																	
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970																	
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969																	
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967																	
<table><tr><th></th><th>2021</th><th>2020</th></tr><tr><td>Caixa</td><td>1.000</td><td>1.000</td></tr><tr><td>Banco conta movimento</td><td>93.333</td><td>198.280</td></tr><tr><td>Aplicações financeiras</td><td>5.369.687</td><td>5.701.625</td></tr><tr><td>5.464.020</td><td>5.900.905</td></tr></table>							2021	2020	Caixa	1.000	1.000	Banco conta movimento	93.333	198.280	Aplicações financeiras	5.369.687	5.701.625	5.464.020	5.900.905
	2021	2020																	
Caixa	1.000	1.000																	
Banco conta movimento	93.333	198.280																	
Aplicações financeiras	5.369.687	5.701.625																	
5.464.020	5.900.905																		
>>> continua >>>																			

>>> continuação >>>

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. **5. CONTAS A RECEBER:** O saldo de circulante refere-se a contas a receber de contrato de gestão com Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 30/06/2023.

	2021	2020
Contrato 002/2018 – SESP	55.096	55.096
	55.096	55.096

Não circulante

	2021	2020
Contrato 020/2013 – SESP	2.236.311	2.236.311
	2.236.311	2.236.311

O saldo de contas a receber não circulante refere-se a valores do contrato anterior, em discussão para recebimento junto à Secretaria de Saúde do Estado do Pará. O saldo é considerado recebível pela Administração, portanto não são consideradas provisões para perdas.

7. IMOBILIZADO: Imobilizado do contrato de Gestão e com recursos próprios/investimento:

	Móv. e Utens. 10%	Apar. Medicina 10%	Equip. Info. 20%	Máq. e Equip. 10%	Instr. Cirúrg. 10%	Total
Saldo em 31/12/2020						
Saldo inicial	60.074	8.219	1	86.745	14.440	169.479
Adições	-	-	-	-	-	0
Depreciação	(11.688)	(1.143)	(1)	(17.178)	(3.126)	(33.136)
Saldo final	48.386	7.076	-	69.567	11.314	136.343
Saldo em 31/12/2021						
Saldo inicial	48.386	7.076	-	69.567	11.314	136.343
Aquisição	-	-	2.064	-	-	2.064
Depreciação	(11.689)	(1.143)	(138)	(17.178)	(3.126)	(33.274)
Saldo final	36.697	5.933	1.926	52.389	8.188	105.133

8. INTANGÍVEL

	Software 20%	Total
Saldo em 31/12/2020		
Saldo inicial	13.979	13.979
Amortização	(13.979)	(13.979)
Saldo final	-	-
Saldo em 31/12/2021		
Saldo inicial	-	-
Amortização	-	-
Saldo final	-	-

9. PARTES RELACIONADAS: O saldo a pagar a curto prazo em 2021, de R\$ 119.823 (R\$ 141.561 em 2020), refere-se a contas a pagar para hospitais relacionadas sob a mesma gestão, bem como aos serviços da gestão da Sede Administrativa, previsto em contrato de gestão. O saldo a pagar em 2021 no passivo não circulante R\$ 1.215.000 (R\$ 1.215.000 em 2020), corresponde aos empréstimos entre unidades sobre a mesma gestão.

10. FORNECEDORES

	2021	2020
Mat. e medicamentos	419.460	290.097
Serviços	395.821	432.817
Serviços médicos	1.068.827	878.008
	1.884.108	1.600.922

11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2021	2020
Obrigações trabalhistas	654.540	651.617
Provisão férias	1.110.065	1.055.135
Provisões FGTS s/férias	88.701	84.460
	1.853.306	1.791.212

12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2021	2020
INSS a recolher	66.459	68.890
FGTS a recolher	116.156	96.562
IRRF s/ folha a recolher	110.539	94.203
Contr. Sindical	520	520
Total	293.674	260.175

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA E DEPOSITOS JUDICIAIS: A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias. A Administração, com base nas recomendações dos consultores jurídicos e na análise da evolução dos processos, considerou suficiente a provisão constituída de R\$ 175.198 para fazer face a processos trabalhistas. Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

	2021	2020
Cível	1.994.523	1.994.523
Trabalhista	762.362	1.597.970
	2.756.885	3.592.493

Em 2021, a Entidade possuía R\$ 580.812 em depósitos judiciais para discussão dos processos em andamento.

14. PATRIMÔNIO SOCIAL: O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit), ou deduzidos por insuficiências (déficit), dos resultados obtidos nos congressos, bem como na administração da sede da Entidade. Foram identificadas dívidas de exercícios anteriores, que através de cartas de quitação, os fornecedores atestaram que não haviam tais valores em aberto, sendo feito a incorporação do montante de R\$ 1.268 ao Patrimônio, além de incorporação do recebimento de partes relacionadas no montante de R\$ 156.783, de períodos anteriores. **15. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

	2021	2020
Serviços de gestão	(1.663.208)	(1.597.454)
Energia elétrica	(809.540)	(785.459)
Aluguel de máquinas	(390.005)	(350.190)
Viagens e hospedagens	(51.526)	(42.347)
Outros	(287.705)	(172.511)
	(3.201.985)	(2.947.961)

16. RENÚNCIA FISCAL: A Entidade aplica integralmente**6. ESTOQUES**

	2021	2020
Drogas e Medicamentos em Geral	290.637	306.651
Mat. de Uso Do Paciente	175.536	250.241
Materiais de Laboratório	43.797	30.999
Material de Expediente E Impressos	28.995	35.660
Gases Medicinais	25.099	14.534
Materiais de Manutenção	18.673	15.088
Material de Limpeza E Higienização	16.998	24.161
Combustível Gerador/GLP	15.854	3.349
Material de Informática	9.855	8.544
Fios cirúrgicos	9.566	12.546
Material Descartável SND	7.883	4.839
Enxovais	7.849	11.253
Gêneros Alimentícios	6.565	12.383
Materiais de lavanderia	6.364	11.808
Peças e acessórios de reposição	6.354	-
Equipamentos De Proteção Individual	6.001	3.831
Demais materiais	7.448	9.413
	683.475	755.300

Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

7. IMOBILIZADO: Imobilizado do contrato de Gestão e com recursos próprios/investimento:

	Móv. e Utens. 10%	Apar. Medicina 10%	Equip. Info. 20%	Máq. e Equip. 10%	Instr. Cirúrg. 10%	Total
Saldo em 31/12/2020						
Saldo inicial	60.074	8.219	1	86.745	14.440	169.479
Adições	-	-	-	-	-	0
Depreciação	(11.688)	(1.143)	(1)	(17.178)	(3.126)	(33.136)
Saldo final	48.386	7.076	-	69.567	11.314	136.343
Saldo em 31/12/2021						
Saldo inicial	48.386	7.076	-	69.567	11.314	136.343
Aquisição	-	-	2.064	-	-	2.064
Depreciação	(11.689)	(1.143)	(138)	(17.178)	(3.126)	(33.274)
Saldo final	36.697	5.933	1.926	52.389	8.188	105.133

no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros,3 em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2021	2020
Cota patronal	2.100.309	2.001.804
Terceiros	609.090	580.523
RAT/SAT	210.031	200.180
Total INSS	2.919.430	2.782.507
COFINS	1.013.363	1.013.363
Total	3.932.793	3.795.870

17. COBERTURA DE SEGUROS: Em 2021, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos. **18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS** A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2021	2020
Aplicações financeiras	5.369.687	5.701.625
Contas a receber	2.291.407	2.291.407
Total ativos financeiros	7.661.094	7.993.032
Fornecedores	1.884.108	1.600.922
Total passivos financeiros	1.884.108	1.600.922

19. GESTÃO DE RISCOS: Risco de liquidez: As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **Risco de operacional** **Principais riscos associados a COVID-19 nas operações da Entidade:** Os riscos decorrentes de pandemias de saúde, atualmente provocadas pela COVID-19, podem contribuir de maneira significativa para a deterioração das condições econômicas no Brasil e nos demais países intensamente afetados, e poderiam trazer, entre outras consequências: (i) Aumento significativo nos custos de aquisição de insumos e materiais para tratamento e contenção da COVID-19, caso o Hospital seja eleito como ponto de referência para atendimento da doença, o que pode levar a desabastecimento e/ou necessidade de complemento de fluxos de caixa; (ii) Paralisação parcial ou completa de fornecimento de produtos e serviços, em virtude de colapso ou demanda excessiva,

por tempo indeterminado; e (iii) Alto nível de exposição de funcionários, clientes, fornecedores, prestadores de serviço em relação ao contágio, possibilitando perda de capacidade de atendimento. A Administração manteve seu planejamento de atividades ao longo de 2021, relativo à preparação de sua estrutura para atender maior demanda de pacientes, executando as atividades com resguardo necessário de seus profissionais, clientes e fornecedores. A Administração acredita que o Hospital não possui risco de continuidade operacional. No entanto, mudanças futuras que possam deteriorar o ambiente econômico, social e de saúde, podem levar a Entidade a rever suas estimativas de fluxo de caixa futuro e, eventualmente, podem requerer novas requisições de recursos e estrutura junto ao Ente Público. **20. EVENTOS SUBSEQUENTES: a) Impactos da COVID-19 para 2022:** A Administração da Sociedade acompanha tempestivamente e com responsabilidade as informações e orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), Ministério da Saúde e demais agências reguladoras, acerca das medidas adequadas a serem implementadas nas atividades operacionais e administrativas. A Administração optou por não realizar provisões adicionais ou contingenciais nessas demonstrações contábeis.

Tailândia-PA, 14 de março de 2022
Cristian Tassi - Diretor Executivo -
CPF: 595.078.610-68
Jimmy Bryan de Castro Brevés - Contador -
CRC PA 020736/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

A Diretoria do **Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH**

Hospital Geral de Tailândia. Tailândia - PA

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Geral de Tailândia, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Geral de Tailândia, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **• Provisão ou baixa de créditos com liquidação duvidosa:** A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo, mas não se limitando, aos níveis de incerteza de recebimento e renegociação com ente público e das incertezas econômicas provenientes dos impactos da COVID-19. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discussão junto ao ente público; (ii) entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a perspectiva da Administração acerca do recebimento dos valores contratuais. (iv) Análise sobre eventuais discussões e negociações com Ente Público acerca de impactos da COVID-19 no fluxo de pagamentos do contrato de gestão pactuado. Concluímos pela razoabilidade dos critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e classificação de parte do contas a receber junto a SESP como não circulante, os quais foram baseados na expectativa de êxito em negociação com o ente público. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: i) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado,

>>> continua >>>

>>> continuação >>>

aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis ii) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos:** i) Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 10 de março de 2021, sem modificações. ii) Conforme descrito na nota explicativa 3, a Entidade vem acompanhando a evolução de contágio e definições sobre restrições de atividades e circulação, promovendo a manutenção de sua estrutura para atendimentos emergenciais relacionados ao COVID-19. A Administração julga não haver fatores que impliquem em impactos imediatos e significativos nas operações de gestão do Hospital, concluindo por não ser necessário realizar provisões adicionais ou reavaliação da estrutura do contrato de gestão. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos

objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso

relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de março de 2022.
PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES -
CRC.SP. Nº. 25P 14.712/O-2. CVM 11.398. CNAI PJ 000219
Heitor Piovam - Contador CRC 1SP 331.721/O-0. Auditor Independente - CNAI 6.199

Protocolo: 772859

Belém e o Imobiliário

Uma cidade entre contratos
e contradições

Raul da Silva Ventura Neto



Edições



4009-7817